



COLUNAS

[Coluna] Ato Institucional N° 5 – O Golpe Dentro Do Golpe

COLABORADOR • jul 11, 2017



por Eduardo Stotz, presidente da CMV

Às 16:00 horas do dia 13 de dezembro de 1968, o general-presidente Costa e Silva abre a 43ª sessão do [Conselho de Segurança Nacional](#), realizada no Palácio Laranjeiras (cidade do Rio de Janeiro), e explica o motivo da convocação aos seus membros: *colocá-los a par de problemas de muita gravidade*. Que, considerando-se *um legítimo representante da Revolução de 31 de março de 1964*, teria de decidir se “a Revolução continua – ou a Revolução se desagrega”. Menciona a boa vontade e a tolerância do governo no sentido da união entre a área política e a área militar, agora posta em questão pela recusa do Congresso de cassar o mandato de Marcio Moreira Alves, cujo discurso de provocação às Forças Armadas visou *interromper o processo evolutivo da Revolução, na consecução da ordem democrática e do regime democrático completo*”. A decisão, embora tomada pelo Alto Comando, é proposta para discussão e opinião de cada um, de modo a autenticar, *perante a Nação*, a assinatura do Ato Institucional nº. 5. O general-presidente retira-se por minutos para facilitar a leitura e discussão do documento pelo vice-presidente da república, os ministros, os chefes dos gabinetes militar e civil, do Serviço Nacional de Informações e das Forças Armadas e, após o intervalo, reabre-se a sessão para ouvi-los.

Enquanto o vice-presidente da República, Pedro Aleixo, questiona a interpretação dada à recusa do Congresso Nacional e propõe a *suspensão da Constituição por intermédio do recurso do Estado de Sítio*, fazendo referência ao fato de que a *Revolução declarou-se institucionalizada pela Constituição de 24 de janeiro de 1967*, Antonio Delfim Netto, ministro da Fazenda faz um [pronunciamento sucinto](#), e dá o tom da relevância do Ato. Deixa claro que o movimento militar de 1964 teve por objetivo básico *criar as condições que permitissem uma modificação de estruturas que facilitassem o desenvolvimento econômico* e deixa transparecer que a chamada institucionalização propalada por Aleixo é uma *camisa de força* que impede a realização de tal objetivo. Aprova francamente o novo Ato e, ao considerá-lo insuficiente, recomenda mudanças constitucionais para acelerar o desenvolvimento econômico.

No mesmo sentido e escancaradamente, o coronel Jarbas Passarinho, senador e então ministro do Trabalho, declara, ter havido *açodamento* da institucionalização do regime e defende o aprofundamento da ditadura qualificada como uma *nova Revolução*, isto é, um [golpe dentro do golpe](#) perpetrado com o AI-5.

O chefe do SNI, general Emilio Garrastazu Médici, futuro presidente da República, aprova com satisfação o Ato institucional porque, dado *o minucioso relatório da situação nacional* anteriormente apresentado, demonstrando que *o que estava na rua era a contra-revolução*,

considerava ter sido o presidente da República *tolerante demais* e que já solicitara então *medidas excepcionais*.

Em longa intervenção o ministro da Justiça, Antonio da Gama e Silva, comenta várias das posições adotadas pelos membros do Conselho. Esclarece e apóia as posições de Antonio Delfim Netto e do general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, ministro do Interior, no sentido de conceder ao presidente da República a possibilidade de emendar a Constituição, retirando-a, portanto, do Congresso Nacional. Paradoxalmente, não percebe o AI-5 como instrumento de uma ditadura *porque a pessoa a quem esses poderes são confiados* (ou seja, Costa e Silva), *pelo seu equilíbrio e o patriotismo, saberá dosar e aplicar, nos casos que se tornarem necessários*, as do Ato presidencial. Todos os argumentos acerca da tolerância e caráter democrático do governo do general-presidente Costa e Silva, a par de falaciosos, deixam de lado as dificuldades de criar a coesão social do empresariado em torno da ditadura até o segundo semestre de 1968, quando começam a surgir os primeiros sinais de recuperação econômica divulgados pela Fundação Getúlio Vargas na revista "Conjuntura Econômica".

Vale informar que, no dia 14 de dezembro, ao noticiar a implantação do AI-5, o Jornal do Brasil anuncia, no box do lado esquerdo do cabeçalho com o nome do periódico, a seguinte avaliação climática: *Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos.* O [AI-5 estava em vigência](#). Voltaremos ao assunto na próxima matéria desta coluna.

(Imagem disponível no blog [Linodigital](#))

A Comissão é formada por: Eduardo Stotz – sociólogo e historiador, pesquisador da Fiocruz; Glauber de Oliveira Montes – historiador e professor; João Fabre dos Reis – advogado trabalhista; Maria Helena Arrochellas – teóloga e coordenadora do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade; Rafane Valoura Paixão – historiadora e Roberto Schiffler Neto – sociólogo e professor.

Endereço e acesso: Prefeitura Municipal de Petrópolis – Avenida Koeler, 260 – Centro – Petrópolis – RJ – Tel.: (24) 2246-9325.
[Facebook.com/cmvpetropolis](https://www.facebook.com/cmvpetropolis) – cmv@petropolis.rj.gov.br

Mais em:

[\[Coluna\] Resistência à Ditadura Militar em Petrópolis: o movimento estudantil em 1968](#)

[\[Coluna\] As cassações dos prefeitos pela ditadura militar e o suicídio político de Fabiano Gomes](#)

[\[Coluna\] Resistência operária à Ditadura Militar: o caso da Cia Petropolitana](#)

As opiniões contidas não representam a opinião do site; a responsabilidade é do autor da publicação.

